



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Memorando nº 22/2018 DAE/REITORIA

Ao(À) Sr(a). Procuradoria Federal junto ao IFCE

Diana Guimarães Azin

Procuradora-chefe

Assunto: **Análise minuta resolução sobre alimentação escolar.**

Solicito a análise da juridicidade, legalidade e técnica da redação legislativa da minuta de resolução que regulamenta o serviço de alimentação ao discente do IFCE. A minuta está como documento, em anexo, no processo a que este memorando se refere.

Documentos I - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº #####).

Relacionados: II - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº #####).

III - Digite aqui a descrição do documento (SEI nº #####).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Cabral Cristino, Diretor(a) de Assuntos Estudantis**, em 02/04/2018, às 09:48, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0031387** e o código CRC **3A7ABEAE**.

Referência: Processo nº 23255.002605/2018-86

SEI nº 0031387



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XX DE XXXXXX DE 2017

Regulamenta a Gestão do Programa de
Alimentação e Nutrição do IFCE

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, no uso de
suas atribuições legais e estatutárias, considerando a deliberação do colegiado na XXX
reunião, realizada no dia XXXX,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar a Gestão do Programa de Alimentação e Nutrição do
IFCE.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO

Art. 1º O Programa de Alimentação e Nutrição (PAN) do IFCE compõe a Política de Assistência Estudantil do Instituto, aprovada pela Resolução Nº 35/2016/CONSUP.

Parágrafo único – O programa proporciona uma alimentação adequada e saudável de forma a favorecer a permanência do estudante no espaço educacional, contribuindo para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, articulando programas de educação e assistência nutricional, desenvolvendo ações em conjunto com a equipe multiprofissional que visem à promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º O programa será desenvolvido na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) dos *campi* do IFCE, sendo observada a legislação vigente.

Parágrafo único entende-se como UAN toda estrutura física responsável pelo recebimento, armazenamento, pré-preparo e distribuição de alimentos, devendo estar de acordo com a Nota Técnica Nº02/2015/DAE/IFCE.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º O Programa de Alimentação e Nutrição tem por base os seguintes princípios e diretrizes:

- I – Observância do Direito Humano à Alimentação Adequada;
- II – Observância aos princípios de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III – Inclusão dos estudantes;
- IV – Flexibilidade do modelo de gestão e tamanho das UANs;
- V – Diversidade cultural e regional;
- VI – Oferta aos estudantes matriculados, sem distinção de modalidade de curso;
- VII – Uniformidade das ações de produção e distribuição da alimentação quanto à adequação do serviço, do ponto de vista sanitário e nutricional;
- VIII – Padronização das Unidades de Alimentação e Nutrição;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º O programa tem os seguintes objetivos:

- I - Uniformizar e padronizar um serviço de fornecimento de alimentação no âmbito do IFCE;
- II - Criar condições favoráveis à aprendizagem, ao desenvolvimento biopsicossocial, ao rendimento escolar e à formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, contribuindo para a sua permanência e êxito;
- III - Ofertar refeições adequadas e saudáveis para cada fase do ciclo da vida que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo,
- IV - Utilizar alimentos saudáveis, preparados com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário, garantindo a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos;
- V – Garantir a sustentabilidade do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO IV
PÚBLICO-ALVO

Art. 5º Os estudantes, regularmente matriculados, constituem o público-alvo do programa de Alimentação e Nutrição.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Art. 6º A Diretoria de Assuntos Estudantis, unidade estratégica do Instituto, cuidará do gerenciamento sistêmico do programa, e os campi responsabilizar-se-ão pela sua execução.

Parágrafo único - A execução do programa nos *campi* será de responsabilidade da equipe gestora, assessorada por um nutricionista.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA FÍSICA

Art. 7º A UAN deverá ter estrutura física compatível com a quantidade de estudantes atendidos pelo PAN (ver layout em anexo).

CAPÍTULO VII
DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 9º A responsabilidade técnica da unidade de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar é privativa do profissional nutricionista, em conformidade com a lei No 11.947/2009, e com a Resolução CFN nº 465/2010.

Art. 10º Além do Nutricionista, as funções de profissionais que poderão estar vinculadas à UAN, serão as seguintes:

I – Cozinheiro ou merendeiro, dependendo do tipo de serviço ofertado;

II - Auxiliar de cozinha;

III - Auxiliar administrativo;

IV – Almoxarife;

V – Auxiliar de serviços gerais;

VI – Nutricionista.

Parágrafo único: o dimensionamento de pessoal deve estar adequado ao número de refeições diárias, podendo ainda existir outros profissionais vinculados à UAN, dependendo das características de cada unidade, como: nutricionista (quadro técnico), técnico em nutrição e dietética, auxiliar de almoxarife, dentre outros.

CAPÍTULO VIII
DO FUNCIONAMENTO E GESTÃO

Art. 11º A alimentação destinada a estudantes matriculados em **sistema de internato** compreende, pelo menos, desjejum, almoço, jantar e lanche.

Art. 12º Os estudantes matriculados em **curso técnico de nível médio de tempo integral** deverão receber no mínimo três refeições diárias, são elas: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde.

Art. 13º Os *campi* que não adotam os sistemas determinados nos Art. 11º e 12º deverão oferecer lanche para os alunos regularmente matriculados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único – os *campi* referenciados no *caput* deste artigo têm autonomia para definir a oferta de almoço e/ou jantar.

Art. 14º O lanche será subsidiado integralmente para os estudantes dos cursos da educação básica.

Parágrafo único – O lanche poderá ser subsidiado total, ou parcialmente, para os estudantes da educação superior.

Art. 15º Os lanches, almoço e/ou jantar serão subsidiados para os estudantes do ensino superior, a depender da disponibilidade financeira do *campus*.

Parágrafo único – Será admitido subsídio parcial (70%) para lanches, almoço e jantar naqueles *campi* que ofertam este serviço, sendo ainda preservado o subsídio integral aos estudantes matriculados em curso técnico de nível médio de tempo integral e PROEJA.

Art. 16º A gestão do serviço de alimentação poderá ser do tipo autogestão ou por empresa terceirizada para realizar o serviço de refeições.

Art. 17º Os cardápios da alimentação escolar deverão ser adequados nutricionalmente de acordo com o proposto na Resolução FNDE nº 26/2013, respeitando as recomendações sobre quais alimentos devem ser restringidos ou proibidos nos cardápios, as individualidades de cada grupo de estudantes e os costumes regionais de cada *campi*.

Art. 18º O cardápio de almoço e/ou jantar terá as seguintes características gerais:

I – Oferta de pelo menos uma opção proteica diária. A quantidade de carne vermelha não deverá ser superior a duas vezes na semana. A oferta de peixe deverá ser, de no mínimo, uma vez a cada quinze dias. Nos demais dias poderão ser ofertadas carnes brancas ou outros alimentos fontes de proteína de alto valor biológico.

II – Oferta mínima de duas opções de guarnição: arroz e feijão. Diariamente deverá ocorrer a variação dos tipos de guarnição (arroz branco, arroz integral, arroz parboilizado, feijão branco, feijão preto, feijão mulatinho, entre outros, respeitando os costumes regionais);

III – Diariamente deve ser ofertada uma opção de complemento, que esteja de acordo com o prato principal (purê, pirão, farofa, macarrão entre outros);

IV - Oferta de, no mínimo, uma opção de salada crua ou cozida diariamente, com variedade de três hortaliças (verduras e legumes) diferentes para o mesmo dia. As opções devem variar entre crua e cozida diariamente;

V – Todos os dias deverá ser oferecido um suco de fruta ou sobremesa. Para a opção de sobremesa deverá ser uma fruta em no mínimo três vezes na semana;

VI - Para o jantar poderão ser ofertadas preparações diferentes do almoço, desde que, não comprometam a oferta de nutrientes aos discentes.

Art. 19º os Alimentos utilizados nas refeições devem ser *in natura* ou minimamente processados. Os alimentos processados devem ser limitados e utilizados apenas em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

pequenas quantidades e os alimentos ultraprocessados devem ser evitados (Guia alimentar para a população brasileira, 2014).

Parágrafo único: Entende-se como **alimentos *in natura*** aqueles que foram obtidos diretamente de plantas ou animais e não sofreram qualquer alteração após deixar a natureza; **alimentos minimamente processados** aqueles que foram submetidos a processos de limpeza e remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, entre outros e processo que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original; **alimentos processados** como aqueles que são fabricados pela indústria com adição de açúcar, sal ou outra substância de uso culinário para tornar os alimentos duráveis e mais agradáveis ao paladar; e **alimentos ultraprocessados** aqueles que são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido), derivados de constituintes de alimentos (gordura hydrogenada, amido modificado) ou sintetizados em laboratório (corantes, aromatizantes, entre outros).

Parágrafo único – Os discentes que apresentam alergias e intolerâncias alimentares, doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias ou outra patologia devem ser atendidos, segundo suas necessidades (FNDE Resolução 26/2013).

Art. 20º A aquisição de alimentos deve ser feita seguindo o decreto No. 8.473/2015 e a Resolução FNDE No. 26/2013 e 04/2015 que estabelecem o percentual mínimo de 30% para compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Parágrafo único: Caso a gestão do serviço de alimentação seja realizada por empresa terceirizada, o IFCE poderá fazer a aquisição de gêneros alimentícios, atendendo à normativa do PNAE, para que empresa faça o seu processamento, descontando os referidos insumos do seu custo de produção, ou, ainda, alternar fornecimento de alimentação via terceirizada com a oferta de gêneros alimentícios processados e oriundos da Agricultura Familiar.

CAPÍTULO IX
DA AVALIAÇÃO

Art. 21º A DAE disporá de comissão permanente, formada por nutricionista, engenheiro/arquiteto, representante da administração, diretor geral do IFCE e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

representante do DCE, com a finalidade de promover a avaliação sistêmica da alimentação e nutrição no Instituto, analisando os espaços e o serviço de alimentação. Parágrafo único – A comissão acompanhará a satisfação dos estudantes com o serviço de alimentação e nutrição, utilizando instrumental unificado de pesquisa previamente elaborado pela própria comissão, com a colaboração dos respectivos profissionais dos *campi*.

CAPÍTULO X
DO FINANCIAMENTO

Art. 22º O Programa de Alimentação e Nutrição utilizará orçamento próprio da Assistência Estudantil e fomentos de outras fontes e programas, próprios de alimentação escolar.

CAPÍTULO XI
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 23º Os campi deverão se estruturar para possuir um layout mínimo de UAN conforme anexo.

Art. 24º A aquisição de gêneros alimentícios e serviços de alimentação escolar poderá ser padronizada e realizada de forma sistêmica/compartilhada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

DESPACHO Nº 013/2018/PF-IFCE/PGF/AGU

Fortaleza/CE, 02 de abril de 2018.

NUP: **S/N**

PROCESSO Nº **23255.002605.2018-86**

Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/PROAP

Assunto: **NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO MODELO DE OFÍCIO DA PORTARIA Nº 01/2017/PF-IFCE/PGF/AGU.**

Senhor Pró-Reitor de Administração e Planejamento,

Cumprimentando-o cordialmente, devolvo o presente processo, por ordem da Srª Procuradora-Chefe, Drª Diana Guimarães Azin, para fins de adequação processual às formalidades determinadas pela Portaria nº 01/2017/PF-IFCE/PGF/AGU¹, segundo a qual:

Art. 2º A PF/IFCE e o IFCE, no âmbito de suas competências, devem mobilizar esforços, a fim de implantar a padronização dos processos encaminhados em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo das seguintes obrigações:

[...]

II – **Incumbe ao IFCE:**

[...]

¹ Art. 7º O presente Regulamento entra em vigor em 1º de abril de 2017.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

h) **Adotar o modelo de ofício, ANEXO III, como padrão para o envio dos processos à PF/IFCE; [...]** – Grifos nossos.

Após, adotadas as providências pertinentes, retornar os autos para manifestação jurídica.

Atenciosamente,

João Vicente Gonçalves Rodrigues Lima

Assistente em Administração

439412

AU



OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS À PF/IFCE

Ofício n.º03/2018

Fortaleza, 05 de abril de 2018.

Excelentíssima Sra.

Diana Guimarães Azin

Procuradora- Chefe junto ao IFCE

Rua Jorge Dumar, 1703, Bairro Jardim América, Fortaleza/CE

CEP 60.410-426

Excelentíssima Senhora Procuradora-Chefe,

Encaminho a proposta de Regulamenta a Gestão do Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE abaixo para exame e manifestação jurídica dessa Procuradoria Federal.

Nome:

Ana Caroline Cabral Cristino – Diretora de Assistência Estudantil - IFCE

Email: dae.reitoria@ifce.edu.br

Telefone: 3401-2342

Processo N23255. 002605/20 18 – 86 Nº De Volumes: 1

Assunto: Análise minuta resolução sobre alimentação escolar



Objeto: Resolução que Regulamenta a Gestão do Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE

Valor: Não se aplica

Modalidade: Não se aplica

Complementação: Análise da juridicidade, legalidade e técnica da redação legislativa da minuta de resolução que regulamenta o serviço de alimentação ao discente do IFCE.

Prazo: 20/04/2018. Documento deverá ser apresentado na reunião do colégio de dirigentes (Coldir) que ocorrerá no dia 23/04/2018.

*Os dados fornecidos serão de inteira responsabilidade do ente assessorado e para uso exclusivo

Atenciosamente,

Ana Caroline Cabral Cristino

Ana Caroline Cabral Cristino

Diretora de Assistência Estudantil - IFCE

Painel

Minutas

Acervo

NUP: 00819.000407/2018-50

JUDICIAL: Digite o número pelo início...

BEM-VINDO, JOÃO LIMA

Sapiens AGU - NUP n. 00819.000407/2018-50 (SEC/PFIFCEARÁ)

Dados Básicos

Vinculações

Relevâncias

Sigilos

Garantias

Tarefas

Tramitações

Comunicações

Transições

Mostrar Apagadas

Página 1 de 1

1 à 2 de 2 registro(s) 25

	Id	Criado Por	Espécie Tarefa	Início Prazo	Final Prazo	Conclusão Prazo	Usuário Responsável	Usuário Conclusão Praz...
	29354916	JOÃO VICENTE GONÇALVES RODRIGUES LIMA (28498*****)	ANALISAR PROCESSO (ADMINISTRATIVO)	05-04-2018 16:00	12-04-2018 20:00		CAROLINA GALLINDO RIBEIRO (10645*****)	
	29355157	JOÃO VICENTE GONÇALVES RODRIGUES LIMA (28498*****)	ANALISAR PROCESSO (ADMINISTRATIVO)	05-04-2018 15:44	20-04-2018 20:00		KARINA DE MELO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (45771*****)	



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ
PROCURADORES
RUA DR. JOSÉ LOURENÇO, 3000 - JOAQUIM TÁVORA - CEP. - 60455-525 - FONE: (85) 3401.2323

NOTA n. 00026/2018/GABPROC/PFIFCEARÁ /PGF/AGU

NUP: 00819.000407/2018-50

Processonº: 23255.002605/2018-86

Interessado: INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - IFCE/DAE

Assunto: RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO IFCE.

Excelentíssima Procuradora-Chefa,

Trata-se de pedido de análise da minuta RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO IFCE.

2. Pois bem, tendo em conta que se trata de caso de menor complexidade jurídica, restam dispensados o histórico dos fatos, a descrição da consulta, o sumário das questões a elucidar e a demonstração do raciocínio jurídico desenvolvido, admitindo-se pronunciamento simplificado, nos termos da Portaria/AGU nº 1.399/99, art. 4º, caput e § 1º.
3. Anote-se que o exame desta Procuradoria Federal se dá nos termos do art. 11 c/c artigo 18 da Lei Complementar nº 73/93 - Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, e do art. 10, § 1º, da Lei nº 10.480/2002, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, bem como os aspectos de conveniência e oportunidade, considerando a delimitação legal de competência institucional deste Órgão.
4. Do ponto de vista da juridicidade, são feitas as seguintes considerações:
 4. No art. 20, caput, da minuta em análise (seq. 8), dispõe-se, *in verbis*:

“Art. 20º A aquisição de alimentos deve ser feita seguindo o decreto No. 8.473/2015 e a Resolução FNDE No. 26/2013 e 04/2015 que estabelecem o percentual mínimo de 30% para compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.”

4. Neste sentido, ressalta-se que a Resolução FNDE nº 04/2015, de **2 de abril de 2015, não fala sobre o percentual mínimo para compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, estando esta informação disposta no art. 1º, § 1º, Decreto nº 8.473/15, substanciado pelo art. 14, caput, da Lei nº 11.947/09.**
4. Ademais, encontra-se disposto no art. 24, caput, da **Resolução Nº 26/2013**, art. 1º, § 1º, **do Decreto nº 8.473/15**, e art. 14, caput, Lei nº 11.947/09, a informação de que a compra de gêneros alimentícios não é adstrito apenas a oriundos da agricultura familiar. Veja-se:

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013

“Art. 24 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14, da Lei nº 11.947/2009.”

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para **aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.**

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, **empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006**, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. “ (g.n.)

4. Desta forma, vê-se a necessidade de retificar-se o art. 20 da minuta em exame para que se enquadrem todos os beneficiários dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, visto a [imprescindibilidade](#) de adequação da Administração às normativas pertinentes acerca do tema.
5. No que diz respeito à forma, ressalta-se a importância da Administração atentar-se às normas jurídicas que regulamentam o objeto em questão, realizando, sempre que necessário, a citação e pontuação dos dispositivos legais (artigos, parágrafos, incisos, etc. das normativas que comandam os assuntos determinados), haja vista que a análise objetiva preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos praticados pela Administração, impedindo o surgimento e situações que, em descompasso com o regime jurídico vigente, não esteja amoldada ao padrão de conduta imposto ao gestor da coisa pública, e que possam causar prejuízos à Administração e a terceiros.
6. Após análise dos documentos, feitas as adequações apontadas nos itens 4 e 5, a minuta da RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO IFCE encontra-se em consonância com as legislações de regência.
7. Ante o exposto, a Procuradoria Federal junto ao IFCE manifesta-se pela APROVAÇÃO da minuta de seq. 3/9, frise-se, desde que observados os itens 4 e 5 da presente Nota.

Fortaleza/CE, 10 de abril de 2018.

KARINA DE MELO RODRIGUES ALBUQUERQUE
PROCURADORA FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00819000407201850 e da chave de acesso f58fe5c5



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ
GABINETE PROCURADOR-CHEFE
RUA JORGE DUMAR, 1703 - JARDIM AMÉRICA- CEP: 60410-426 - FONE (85) 3401.2326

DESPACHO n. 00154/2018/GAB-PFIFCE/PFIFCEARÁ /PGF/AGU

NUP: 00819.000407/2018-50

INTERESSADOS: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

1. Aprovo a **NOTA n. 00026/2018/GABPROC/PFIFCEARÁ /PGF/AGU** da lavra da Procuradora Federal KARINA DE MELO RODRIGUES ALBUQUERQUE.
2. Registre-se apenas que a aprovação cinge-se exclusivamente à manifestação jurídica exposta no referido opinativo, sendo de responsabilidade do advogado subscritor a análise da documentação acostada aos autos.
3. À Secretaria para restituir o processo ao órgão de origem, com as homenagens de estilo.

Fortaleza, 04 de maio de 2018.

DIANA GUIMARÃES AZIN

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00819000407201850 e da chave de acesso f58fe5c5



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ
PROCURADORES
RUA DR. JOSÉ LOURENÇO, 3000 - JOAQUIM TÁVORA - CEP. - 60455-525 - FONE: (85) 3401.2323

NOTA n. 00026/2018/GABPROC/PFIFCEARÁ /PGF/AGU

NUP: 00819.000407/2018-50

Processonº: 23255.002605/2018-86

Interessado: INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - IFCE/DAE

Assunto: RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO IFCE.

Excelentíssima Procuradora-Chefa,

Trata-se de pedido de análise da minuta RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO IFCE.

2. Pois bem, tendo em conta que se trata de caso de menor complexidade jurídica, restam dispensados o histórico dos fatos, a descrição da consulta, o sumário das questões a elucidar e a demonstração do raciocínio jurídico desenvolvido, admitindo-se pronunciamento simplificado, nos termos da Portaria/AGU nº 1.399/99, art. 4º, caput e § 1º.
3. Anote-se que o exame desta Procuradoria Federal se dá nos termos do art. 11 c/c artigo 18 da Lei Complementar nº 73/93 - Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, e do art. 10, § 1º, da Lei nº 10.480/2002, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, bem como os aspectos de conveniência e oportunidade, considerando a delimitação legal de competência institucional deste Órgão.
4. Do ponto de vista da juridicidade, são feitas as seguintes considerações:
 4. No art. 20, caput, da minuta em análise (seq. 8), dispõe-se, *in verbis*:

“Art. 20º A aquisição de alimentos deve ser feita seguindo o decreto No. 8.473/2015 e a Resolução FNDE No. 26/2013 e 04/2015 que estabelecem o percentual mínimo de 30% para compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.”

4. Neste sentido, ressalta-se que a Resolução FNDE nº 04/2015, de **2 de abril de 2015, não fala sobre o percentual mínimo para compra de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, estando esta informação disposta no art. 1º, § 1º, Decreto nº 8.473/15, substanciado pelo art. 14, caput, da Lei nº 11.947/09.**
4. Ademais, encontra-se disposto no art. 24, caput, da **Resolução Nº 26/2013**, art. 1º, § 1º, **do Decreto nº 8.473/15**, e art. 14, caput, Lei nº 11.947/09, a informação de que a compra de gêneros alimentícios não é adstrito apenas a oriundos da agricultura familiar. Veja-se:

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013

“Art. 24 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14, da Lei nº 11.947/2009.”

Art. 1º Este Decreto estabelece o percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para **aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.**

§ 1º Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, **empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006**, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. “ (g.n.)

4. Desta forma, vê-se a necessidade de retificar-se o art. 20 da minuta em exame para que se enquadrem todos os beneficiários dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, visto a [imprescindibilidade](#) de adequação da Administração às normativas pertinentes acerca do tema.
5. No que diz respeito à forma, ressalta-se a importância da Administração atentar-se às normas jurídicas que regulamentam o objeto em questão, realizando, sempre que necessário, a citação e pontuação dos dispositivos legais (artigos, parágrafos, incisos, etc. das normativas que comandam os assuntos determinados), haja vista que a análise objetiva preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos praticados pela Administração, impedindo o surgimento e situações que, em descompasso com o regime jurídico vigente, não esteja amoldada ao padrão de conduta imposto ao gestor da coisa pública, e que possam causar prejuízos à Administração e a terceiros.
6. Após análise dos documentos, feitas as adequações apontadas nos itens 4 e 5, a minuta da RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A GESTÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO IFCE encontra-se em consonância com as legislações de regência.
7. Ante o exposto, a Procuradoria Federal junto ao IFCE manifesta-se pela APROVAÇÃO da minuta de seq. 3/9, frise-se, desde que observados os itens 4 e 5 da presente Nota.

Fortaleza/CE, 10 de abril de 2018.

KARINA DE MELO RODRIGUES ALBUQUERQUE
PROCURADORA FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00819000407201850 e da chave de acesso f58fe5c5



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
CEARÁ
GABINETE PROCURADOR-CHEFE
RUA JORGE DUMAR, 1703 - JARDIM AMÉRICA- CEP: 60410-426 - FONE (85) 3401.2326

DESPACHO n. 00154/2018/GAB-PFIFCE/PFIFCEARÁ /PGF/AGU

NUP: 00819.000407/2018-50

INTERESSADOS: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

1. Aprovo a **NOTA n. 00026/2018/GABPROC/PFIFCEARÁ /PGF/AGU** da lavra da Procuradora Federal KARINA DE MELO RODRIGUES ALBUQUERQUE.
2. Registre-se apenas que a aprovação cinge-se exclusivamente à manifestação jurídica exposta no referido opinativo, sendo de responsabilidade do advogado subscritor a análise da documentação acostada aos autos.
3. À Secretaria para restituir o processo ao órgão de origem, com as homenagens de estilo.

Fortaleza, 04 de maio de 2018.

DIANA GUIMARÃES AZIN

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00819000407201850 e da chave de acesso f58fe5c5